



Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 28 de fevereiro de 2019 -----

Abertura da reunião: quinze horas e dezoito minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Torres Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo, Maria do Carmo Sousa Ferreira desempenhado as funções de 1.ª secretária e António Manuel Correia Cardoso Pinto, 2.º secretário -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A mesa da assembleia municipal, justificou as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de dezembro de 2018 a Paulo Alexandre Vieira e comunicou a substituição, na presente sessão de Rui Gaspar por Manuel Igreja, Paulo Tolda por Carlos Silva, Manuel Paiva por Catarina Gouveia e do presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Fernandes pelo tesoureiro Marco Souto. -----

A presente sessão iniciou-se com a ausência de Joaquim Duarte e do presidente da junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues. -----

Presidente da assembleia municipal, propôs à assembleia uma ligeira alteração à ordem dos trabalhos agendados que se prende com a divisão do assunto “Águas do Douro Sul – Associação de Municípios de fins específicos – proposta de constituição”, dado se tratar de duas intenções – proposta de constituição da associação e aprovação do contrato interadministrativo. Esta alteração foi aprovada por unanimidade. -----

Presidente da câmara municipal, fez o balanço dos acontecimentos do período entre a última assembleia até ao presente e, em primeiro lugar, deu conta de que no dia 19, deste mês, decorreu no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, a

discussão da providência cautelar interposta pela CIMDOURO, em relação aos CTT. Houve alguma demora na decisão do juiz em relação a esta providência cautelar pois este entendeu que antes de decidir teriam de ser ouvidas as partes. A audiência correu bem e, de acordo com os argumentos utilizados pelos autarcas envolvidos, há esperança de que a decisão seja favorável. -----

Informou de que a candidatura ao programa VALORIZAR do Turismo de Portugal, para o núcleo da Mulher Duriense e investimentos no âmbito do PROVERE para a Adegas Cooperativas de Armamar, foi aprovada. Do projeto inicial, submetido, pelo município, só não foram contemplados dois novos percursos pedestres que o Turismo de Portugal entendeu que não deveriam ser incluídos nesta candidatura mas, posteriormente, poderão vir a ser candidatados em outras da área do Turismo. Esta candidatura foi aprovada com uma dotação orçamental de 218 mil euros. -----

Disse, ainda, que durante este período, saiu a aprovação do Contrato Local de Desenvolvimento Social – CLDS que contempla o município com 420 mil euros para o projeto a desenvolver durante três anos e o programa ESCOLHAS também foi aprovado. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Presidente de junta da freguesia de Vacalar, Fernando Paiva fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Cumprimento a mesa, o executivo, os colegas presidentes de junta, os senhores deputados e o público em geral. -----

Pretendo com esta intervenção contribuir para o melhoramento dos serviços prestados ao nosso concelho. -----



Em primeiro lugar, quero manifestar o meu descontentamento com a EDP. Esta empresa serve muito mal o nosso concelho. De todos os concelhos que conheço, é o de Armamar que mais dá à EDP, nomeadamente com a central da REN e todas as infraestruturas como linhas e postes que estão instalados na nossa região, tornando-a menos apetecível em termos de investimentos e retirando a beleza da paisagem. Um exemplo disso, é a cascata da Misarela, que devia ser um ponto de interesse para nós próprios e para todos aqueles que nos visitam. Por isso, desafio todos os membros desta assembleia a manifestarem comigo, por escrito, o descontentamento com os serviços que presta. Não faltam razões para tal. É inadmissível estarmos catorze meses à espera que reparem luminárias. É inadmissível o tratamento dado aos presidentes de junta quando comunicam as avarias. É, também, inadmissível, estarmos desde abril de 2018 à espera da execução da obra de reparação da rede elétrica de São Joaninho, pois já estaria nessa altura adjudicada. -----

Outros serviços que deixam muito a desejar, são os serviços prestados pela RESUR e pela RESINORTE. A RESUR retira os lixos quando entende e como entende. Por exemplo, se no São Joaninho os dias de retirada são segundas e sextas feiras, como é possível ao sábado estarem os contentores cheios? Tenho observado que na maioria das vezes só é retirado o lixo uma vez por semana. -----

No Vacalar, há mais de dois anos não é retirado o lixo do contentor do cemitério. Já me manifestei telefonicamente com a engenheira desses serviços e fui informado que, o novo camiãõ adquirido não se podia deslocar até lá. Agora eu pergunto, quando fizeram o contrato de recolha do lixo não estava incluído esse ponto? Porque não adquiriram um camiãõ que fosse a todo lado? -----

Para dar outro exemplo, de vez em quando é-nos enviado um ofício do município a dar conta da lavagem dos contentores. Como podemos nós controlar um facto já

consumado? O ideal seria sermos informados quando vão ser lavados de forma a podermos controlar. -----

Quanto à RESINORTE, ultimamente resolveram aumentar o número de pontos de recolha. Eu pergunto, será para servir melhor a população? É que se for valeu a pena a despesa que algumas juntas de freguesia tiveram para fazer as plataformas para os mesmos. Caso contrário, se foi para acumular o depósito e terem uma forma de aumentar o tempo entre as recolhas devo dizer que é mau. -----

Senhor Presidente, entendo eu que, todos nós em conjunto, deveremos ter uma posição mais afincada, perante essas e outras empresas que atuam no nosso concelho.-

Armamar é dos armamarenses e não de quem vem cá apenas em busca de lucro.” -----

José Manuel Marta, focou três pontos oportunos e que estão na ordem do dia. O primeiro tem a ver com o glifosato. Surgiu esta semana na imprensa, que apenas trinta autarquias locais têm garantido que há zero por cento de aplicação desses pesticidas. Perguntou ao senhor presidente da câmara se as análises às águas que servem o concelho de Armamar estão a aferir esse parâmetro da poluição provocada por esse poluente e, se vão tomar algumas medidas sensibilizando a população para os perigos que essa substância representa nomeadamente em efeitos cancerígenos já documentados a nível mundial. Depois, o segundo ponto tem a ver com um facto que já tinha constado aquando da apresentação do orçamento municipal em relação às obras que vão decorrer no Jardim da Nossa Senhora da Conceição, em que a câmara municipal se propõe remodelar o espaço e voltar a gastar umas dezenas de milhares de euros. Na sua opinião, com carências tão grandes, designadamente nas infraestruturas viárias, que, hoje, teve oportunidade de constatar, como o município está disponível para investir tanto dinheiro naquele espaço que foi remodelado há poucos anos. Considera um desperdício e não vê que seja um investimento estratégico e produtivo,



para o concelho. Em terceiro lugar, referiu-se ao investimento que a câmara municipal se propõe fazer na antiga Adega Cooperativa de Armamar para um Museu da Mulher. Segundo o que ouviu dizer, o edifício está hipotecado e com direito de preferência anterior ao manifestado pela câmara de Armamar. Procurou saber se isto é verdade. Neste caso, “fazer filhos em mulher alheia” com esses condicionalismos, não entende como é que a câmara municipal prevê gastar umas dezenas de milhares de euros nesse projeto. -----

Presidente da câmara municipal, começando pela intervenção do senhor presidente da junta de freguesia de Vacalar, partilhou das suas preocupações quanto à capacidade de resposta da EDP, no concelho. Relembrou que, infelizmente, isso não se verifica só, em Armamar, é comum a todos os territórios. Ainda bem, que trouxe esse problema à assembleia municipal porque a insatisfação do presidente da câmara será também a dos senhores presidentes de junta. Estes para além de reportarem as suas preocupações para com a sua pessoa também o têm feito junto dos serviços da EDP e, com certeza, que tal como o município as freguesias não veem em tempo oportuno as suas solicitações resolvidas. Parece-lhe bem que se possa tomar uma posição e que a assembleia municipal transmita à empresa a indignação e insatisfação pelos serviços prestados, no momento. Por outro lado, não se devem confundir situações. Falar da EDP e das linhas de média e alta tensão são coisas, totalmente, distintas. A EDP distribuição é a empresa que tem responsabilidade de dar resposta atempada às solicitações que lhe são reportadas e as linhas de média e alta tensão que ligam à subestação de Arícera são propriedade da REN. Não se pode estar a misturar situações e, se, hoje, Armamar é cruzada por algumas linhas de alta e média tensão foi porque à data foram tomadas decisões que se entenderam ser as mais adequadas para

que a localização da subestação de Arícera pudesse ser no concelho de Armamar. É uma realidade com a qual “temos” de viver. Discordou de parte da intervenção do senhor presidente da junta, nomeadamente, quando diz que isso põe em causa os investimentos em Armamar pois tem acontecido, precisamente, o contrário. Estes estão a nascer e a efetivar-se. Poderão ter algum impacto negativo em termos visuais e paisagísticos. Em relação à reparação da rede elétrica do São Joaquinho não sabe ao que se refere. Se é ao compromisso da EDP, na substituição de algumas luminárias de mercúrio por luminárias led, de facto isso, ainda, não se concretizou. Quanto a isso clarificou que a EDP está muito atrasada no compromisso que tem com o município que previa a substituição de 548 luminárias no ano de 2018 e durante o de 2019 cerca de 230, quer de mercúrio, quer de vapor de sódio por led. Já se fez chegar à empresa o descontentamento por não terem sido cumpridos os prazos. Quanto à RESINORTE e ao aumento efetivo de pontos de recolha de lixos diferenciados, no seu entender o senhor presidente de junta do Vacalar devia dar-se por satisfeito por esse reforço ter sido feito, quer na sua freguesia, quer em todas as outras pois, se há uma responsabilidade ambiental, é de todos. Sobre a recolha do lixo no cemitério do Vacalar, a empresa RESUR tem um contrato assinado com o município no que respeita aos dias e locais de recolha. Não lhe parece que seja razoável limitarem as dimensões dos veículos de recolha de lixo àquilo que é a dimensão das freguesias. O senhor presidente de junta também sabe por que não é feita a recolha no cemitério do Vacalar, há dois anos, porque as copas das oliveiras não permitem que o camião passe. Se calhar, terão de ser tomadas as medidas necessárias para que o camião possa fazer essa recolha. -----

Em relação à intervenção de José Manuel Marta, no que respeita ao glifosato, disse que o município não faz análises específicas a esse parâmetro, contudo são feitas quatro



vezes por mês as análises às águas de consumo doméstico e, até à data, não houve qualquer parâmetro que indicasse algum desvio do estabelecido. Quanto à requalificação do espaço do Jardim da Imaculada Conceição, não se vai gastar uma fortuna. A intervenção que está prevista são 90 mil euros que estão incluídos no PARU – Plano de Ação da Regeneração Urbana de Armamar. Não vão ser feitas obras de fundo mas as que se entendem como necessárias, tendo em conta o aumento do número de estacionamento naquela zona nobre da vila de modo a servir o comércio local. Quanto à Adega Cooperativa e às informações que teve, referiu que antes de se tomar qualquer decisão demorou-se um ano a discutir, juridicamente, esta situação com o consultor jurídico do município e o da Adega Cooperativa e também com a gestão dos próprios programas, PROVERE e VALORIZAR. O contrato que foi assinado com a direção das Caves Vale do Rodo, gestora do património da Adega, fez-se com a total segurança jurídica e o facto do imóvel ter sido dado como garantia noutra situação não punha em causa este investimento. Esses pareceres existem. Se pretender que lhe sejam facultados, serão. -----

Presidente da junta de freguesia de Santa Cruz, Sara Gouveia, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Começo por cumprimentar o presidente da assembleia, restantes membros da mesa, senhor presidente e restante executivo, senhoras e senhores deputados, colegas presidentes de junta e público presente. O assunto que trago a esta assembleia, já foi aqui debatido e esmiuçado, portanto não me vou alongar muito. Gostaria, apenas, de questionar o senhor presidente se já foi tomada alguma posição, por parte do município, relativamente à aplicação do glifosato nas vias públicas. Este assunto preocupa-me, particularmente, pois tenho noção que nenhuma freguesia, isoladamente,

irá conseguir cumprir a legislação, dado que os orçamentos para a prestação destes serviços são elevadíssimos. No caso específico da minha freguesia, tenho um orçamento de uma empresa certificada, para uma extensão de oito quilómetros que cobre, apenas, as ruas principais das localidades de Vila Nova e Santa Cruz que ronda os cerca de 10.000,00 euros e sei que não terá uma periodicidade suficiente para controlar a extinção das ervas. Na minha opinião a solução passa por uma certificação central e, a partir daí, serem dadas respostas, localmente. O município trataria do processo da certificação e as juntas estariam debaixo do “chapéu” dessa mesma certificação. Em termos práticos, depois, seria ajustado da maneira mais conveniente, mas pelo menos já estávamos ao abrigo de uma certificação e já havia outra segurança para as juntas de freguesia. Seja essa, ou não, a solução isto tem de ser falado e resolvido, pois penso que é um problema que é transversal a todas as freguesias. Obrigada!” -----

Paulo Vieira, referiu-se a um assunto relacionado com a sua área de trabalho dizendo que o futuro se apresenta com alterações climáticas e que, cada vez, mais, há investimento em energias renováveis e alternativas. O Estado quer que todos os municípios tenham, pelo menos, um posto de carregamento rápido para os veículos elétricos, através da UVE – Associação Utilizadores de Veículos Elétricos. Perguntou se no município há já algo pensado, nesse sentido. Depois, referiu que se tem assistido, no município, ao desbaste da floresta para a exploração agrícola, nomeadamente, na área das maçãs. Posto isto, perguntou o que há delineado para a reflorestação de espaços ardidos para compensar estas situações. Voltou a questionar o executivo se o combustível que é utilizado no jardim de infância de Armamar é certificado. Na altura que colocou esta questão não obteve resposta. Alertou o executivo, a mesa da assembleia e a população em geral para que vejam as condições em que aquele edifício



está, sobretudo as cores daquelas paredes e o que sai daquela chaminé. Referiu que a chaminé está caída e a sua “cabeça” está partida. Os resíduos daqueles combustíveis não são bons para a saúde. Muitas vezes o facto de se querer poupar uns euros pode, no futuro, acarretar grandes com a saúde das pessoas. -----

Luís Pinto, há algumas situações que já foram discutidas mas é sempre proveitoso referi-las. É importantíssimo, até por uma questão de respeito para com todos os membros que fazem parte deste órgão, que as perguntas que se levantam tenham resposta, na assembleia seguinte ou que as enviem por e-mail, posteriormente. Recordou que, na última assembleia, entre outras situações, referiu que era importante para se poder evoluir e darem-se passos mais seguros, fazer uma análise técnica e séria, no sentido construtivo, ao certame da Feira da Maçã. Era também importante fazer chegar à assembleia a forma de como foram gastas as verbas, para onde foram canalizadas e o reporte daquilo que correu bem ou menos bem para que, no ano seguinte, se possa evoluir. Uma outra situação que está à vista de todos tem a ver com as luminárias e com o atraso na sua manutenção, que no seu entender não tem qualquer justificação. São atrasos de meses que põem em causa a segurança das pessoas. Também, é evidente, o estado calamitoso em que se encontra a rede viária da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, bem como o das estradas municipais. Já se discutiu vezes sem conta este assunto na assembleia, inclusivamente enviou-se uma exposição para a Infraestruturas de Portugal. No que diz respeito à recolha dos resíduos e manutenção dos contentores, não vale a pena fazer-se muitos comentários. O mais importante, nesta e em qualquer outra prestação de serviços, é o caderno de encargos elaborado pela câmara municipal e depois, é a proposta apresentada pelo concorrente que ganha. São estes dois documentos que prevalecem nessa prestação de serviço e o gestor e dono do contrato é a câmara municipal que deveria ter

salvaguardado essas situações, no caderno de encargos pois tem a responsabilidade de fiscalizar o respetivo contrato. Quanto às chamadas ilhas ecológicas que foram substituídas por ecopontos, a RESINORTE é a responsável pela colocação/recolha, havendo aldeias que têm mais ilhas ecológicas do que habitantes. O problema não está nos contentores, pela questão estética, mas na capacidade real que a RESINORTE vai ter para fazer a recolha atempada dos resíduos. Pelo que sabe, têm dois camiões para todo o Douro Sul que funciona em termos de compactação como os camiões dos resíduos indiferenciados que vão andando às voltas, ou seja, hoje recolhe papel e amanhã as embalagens. Receia que não tenham capacidade de resposta para tal. Deveria acompanhar-se essa capacidade de resposta com o envolvimento da população e com ações de esclarecimento quanto à deposição. Alertou para o facto de o contentor do vidro ser igualzinho ao dos indiferenciados levando, a menos de quinze dias, as pessoas a colocarem não só o vidro mas também outros lixos. -----

Presidente da câmara municipal, em relação à intervenção da senhora presidente de junta da freguesia de Santa Cruz, no que diz respeito ao glifosato, disse que é uma situação preocupante e achou relevante a sugestão de se estudar a possibilidade de o município poder fazer esta certificação a nível do território concelhio e evitar que as juntas de freguesia, tenham de o fazer, uma a uma. O assunto deve ser discutido em conjunto para se perceber qual será a melhor forma de todos se poderem salvaguardar na aplicação desse tipo de substâncias. Em relação às aplicações, no município, as orientações que deu, enquanto responsável máximo, foi para não o fazerem no imediato embora perceba que, em termos de resultados práticos, haverá poucas substâncias ativas que tenham o resultado final que esta tem. -----

Quanto à intervenção de Paulo Vieira sobre as alterações climáticas referiu que é uma



problemática para a qual o município está sensibilizado e está na ordem do dia da discussão, não só política, mas também da sociedade civil, o que terá de fazer-se para a preservação do meio ambiente. Em termos da eficiência energética e outras ações, a câmara está atenta e tem uma candidatura, na área, para edifícios. Há também um programa nacional para que, pelo menos, cada uma das sedes de concelho possa ter um posto de carregamento rápido para veículos elétricos e, no caso de Armamar, já foi aprovado. Irá ficar situado no último lugar da praça de táxis que não está afeto aos mesmos. Aquando da intervenção na Praceta 25 de Abril, também se criará mais um posto de carregamento. Em relação ao desbaste da floresta e aos projetos de reflorestação é preciso perceber qual é a realidade do concelho em termos de dinâmicas do setor primário e o que têm sido os sucessivos desbastes e arranques de áreas florestais para áreas produtivas e quanto a isso cada um terá a sua opinião. O que é certo é que não há mecanismos legais ou legislação específica que permitam esse controle. Quanto à reflorestação lembrou que a grande mancha florestal do concelho estende-se desde Santo Adrião até São Cosmado e é uma área que, felizmente, não tem sofrido com os incêndios e as restantes estão sobre a gestão das juntas de freguesia. Caberá a essas entidades definir o que querem em termos de possíveis projetos de reflorestação. Não lhe parece que a preocupação maior seja a reflorestação mas o controle de alguma vegetação, como é óbvio, também terá de envolver os proprietários particulares. Tem conhecimento de que há freguesias em que estão a ser desenvolvidos alguns projetos na área. Sobre o combustível que é utilizado no jardim de infância de Armamar disse que a câmara não vive obcecada com a redução de custos e nada tem que lhe diga que aquele combustível é proibido ou que seja nocivo para a saúde. Quando se optou por aquele produto não foi só, pelo facto de ser mais económico, mas também pelo rendimento do sistema de aquecimento. Em

termos de medições das emissões para a atmosfera não tem dados que indiquem que é nocivo assim como Paulo Vieira também os não tem. Sabe que é um material usado em muitos equipamentos públicos e enquanto não tiver dados suficientes que digam que é prejudicial não vai estar a tomar decisões em cima do desconhecido. Quanto ao que foi dito por Luís Pinto quando usou a expressão “por uma questão de respeito por esta assembleia” disse que se há alguém que respeita esta assembleia é o presidente da câmara e o executivo. Em relação à Feira da Maçã, a senhora vereadora apresentou em reunião de câmara o relatório do último certame e “teremos” muito gosto em passar essa informação aos membros da assembleia municipal. Os senhores “deputados” e presidentes de junta, no período entre uma assembleia e outra, têm sempre a possibilidade de requerer, por escrito, esses documentos. Quanto às luminárias referiu que a câmara tudo tem feito para que estas situações de falta de capacidade de resposta, possam vir a ser resolvidas. Já se fez chegar este descontentamento à administração da EDP mas não está ao alcance do presidente da câmara resolver as situações de hoje para amanhã. Indo de encontro à intervenção do senhor presidente de junta de Vacalar entende que deve sair desta assembleia uma posição forte em relação ao que tem sido o mau serviço prestado pela EDP no que se refere à iluminação pública. Em relação às estradas nacionais e municipais e ao seu estado é aquele velho assunto que se discute em todas as assembleias municipais e que todos “percebemos” que há troços que precisam de uma intervenção de fundo. Na última assembleia referiu que não havendo fundos comunitários para uma intervenção na rodovia do concelho vai-se fazendo esse levantamento para perceber qual o montante de fundos próprios que o município terá de alocar para essa área e, com certeza que, neste momento, não existem disponibilidades financeiras em termos de orçamento municipal. Terá de ser apresentada uma proposta à assembleia para que todos, em



conjunto, “possamos” decidir se o município deve, ou não, contrair um empréstimo para esse efeito. Quanto à recolha de resíduos nas eco ilhas disse que quando foi feito o reforço de contentores para os resíduos diferenciados foi com a plena consciência das populações que “estamos” a servir e é normal que numa fase inicial possam haver situações em que as pessoas coloquem os lixos indiferenciados em contentores destinados a lixos diferenciados. Eventualmente, há quinze anos, quando foram colocados os primeiros ecopontos isso também aconteceu. Disse-se muito satisfeito pelo facto de a RESINORTE ter reforçado o número de contentores em todo o território que serve. “Cabe-nos a nós, localmente, e com vários tipos de ações de sensibilização da população disciplinarmos os munícipes a utilizar corretamente as eco ilhas”. Quanto ao contrato de recolha, é pertinente, uma vez que está em fase de se avançar para novo concurso público em termos de recolha dos indiferenciados, que todas estas situações sejam vertidas para o contrato e que este seja fiscalizado no futuro, afim de que a empresa que venha a ganhar o concurso público de recolha e gestão de resíduos possa cumprir, escrupulosamente, as necessidades do município, mesmo percebendo que, até nesse tipo de contrato, há limites. Esse contrato ultrapassará o âmbito das competências delegadas no presidente da câmara e do próprio executivo e terá de vir à assembleia, pelo que pediu também aos senhores “deputados” e presidentes de junta que estejam atentos e que façam chegar sugestões para a melhoria do mesmo. -----

Paulo Vieira, referiu o seguinte: “o senhor presidente gere uma instituição pública, não convém, aqui à frente de toda a gente, dizer que não sabe quais são os gases que saem de um produto que usam. A câmara, até, para comprar um parafuso este tem de ter um certificado, assim como qualquer produto, em Portugal, não pode ser vendido a

instituições públicas sem ter um certificado que lhe garanta que é seguro. Não podem estar a consumir um produto só porque é barato”. -----

- Perguntou ao senhor presidente se já reparou, bem, como está o edifício do jardim de infância, bem como a chaminé. -----

Presidente da câmara municipal, esclareceu que aquilo que disse foi que em termos de emissão dos gases não tem informação de que é prejudicial. Como Paulo Vieira tem formação na área, se quiser fazer esse exercício e vir aqui confrontar o presidente da câmara numa próxima assembleia, faça as medições que tem a fazer e prove que “estamos” em incumprimento da Lei. Quanto ao aspeto do edifício em si não é o que o preocupa, mas sim o interior e o conforto que é proporcionado às crianças e até à data não recebeu qualquer queixa de algum encarregado de educação, da coordenadora do espaço, educadora de infância ou auxiliar de ação educativa. -----

Presidente da assembleia municipal, face ao desenvolvimento das intervenções, a mesa entendeu propor à assembleia um grupo de trabalho, ao abrigo do artigo 20.º do Regimento para em conjunto partilharem as preocupações no que diz respeito à EDP e às Infraestruturas de Portugal. Este grupo de trabalho será composto pelos catorze presidentes de junta, um membro de cada grupo partidário, um membro da mesa e o senhor presidente da câmara. -----

Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cujo original passou a constituir o anexo I à ata). -----

Abertas as inscrições, usou da palavra o seguinte membro: -----



Catarina Gouveia, pediu desculpa pelo facto de não se ter inscrito no ponto anterior pois é a primeira vez que participa numa sessão de assembleia. Referiu que soube que decorreram três concursos para as seguintes obras: “Execução de Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais da Folgosa e Subsistema do Marmelal”, “Requalificação do Arruamento do Outeiro” e “Requalificação do Jardim do Imaculado Coração de Maria, de Armamar”, para os quais foram empreiteiros convidados e não apresentaram propostas. Procurou saber o que é que o senhor presidente da câmara está a fazer em relação a isto. -----

Presidente da câmara municipal, em primeiro lugar cumprimentou a senhora “deputada” Catarina Gouveia, que pela primeira vez está presente na assembleia, deu-lhe as boas vindas e parabenizou-a pela sua intervenção. Em relação às duas últimas obras que referiu disse que estão incluídas nas candidaturas a fundos comunitários, no âmbito do Plano de Ação e Regeneração Urbana da Vila de Armamar e foram orçamentadas pelas equipas técnicas responsáveis pela execução do projeto de arquitetura e dos projetos de especialidade, porque se enquadram no campo de ação dos procedimentos de ajuste direto e aí cabe ao senhor presidente da câmara decidir se avança ou não para esse procedimento. O que se fez, de acordo com a legislação em vigor, foi convidar três entidades a apresentar propostas para estas duas obras. Numa delas nenhum dos concorrentes convidados apresentou proposta e na outra a única proposta apresentada estava acima do valor base do ajuste direto e, segundo a legislação é motivo para a não adjudicação da obra. Quanto ao Sistema de Águas Residuais do Marmelal, Folgosa, aí e, uma vez que essa obra iria para além do ajuste direto foi lançado um concurso público que ficou deserto. Em relação a estas três obras vão ser lançados, novamente, os procedimentos. Explicou que há vários fatores

que podem levar a estas situações, entre eles o facto de o grosso das obras candidatas a fundos comunitários estarem a sair num curto espaço de tempo e as empresas concorrentes não têm capacidade de resposta para concorrer a todas as obras, sob pena do não cumprimento dos prazos do contrato. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Análise e votação da ata da sessão de 21 de dezembro de 2018 -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 22 votos a favor e 5 abstenções, a saber: Catarina Gouveia, Paulo Vieira, Gil Mendonça, Carlos Silva, Manuel Igreja. -----

Intervalo -----

O presidente da assembleia municipal, reiniciou os trabalhos às 16:50 horas e comunicou que continuam ausentes Joaquim Duarte e o presidente de junta da freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues. -----

2) Contrato de comodato entre o município de Armamar e a junta de freguesia de Queimada (cuja minuta passou a constituir o anexo II à ata) -----

Presidente da câmara municipal, referiu que este contrato surge de um pedido do senhor presidente de junta da freguesia de Queimada para a cedência do edifício da antiga escola primária daquela freguesia. Este imóvel tinha sido cedido por contrato de comodato ao Centro Social e Paroquial de Queimada para determinado fim que, não se concretizou, pelo que o município teve de solicitar à entidade a renúncia do mesmo para se criarem condições de o estabelecer com a junta de freguesia de Queimada. ----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Estava ausente Paulo Vieira. -----

3) Águas do Douro Sul – Associação de Municípios de fins específicos –

Proposta de constituição (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----



Presidente da câmara municipal, quanto a esta matéria foram distribuídos os documentos que fundamentam a constituição da entidade, desde os estatutos ao contrato interadministrativo e respetivos estudos de viabilidade económica e financeira. A constituição de uma entidade desta natureza já, há muito, fazia parte da intenção de vários municípios do Douro Sul para gestão dos sistemas de águas e águas residuais. Recordou, que anteriormente, foi apresentada à assembleia uma proposta da verticalização dos sistemas de água em que a Águas de Trás os Montes e Alto Douro propôs a vários municípios que fosse esta entidade a gerir a água em alta e também em baixa. Proposta essa que os municípios nunca aceitaram por várias razões, em primeiro lugar, porque sempre entenderam que entregar o monopólio da gestão de um bem tão importante como a água, à mesma entidade, poderia prejudicar os municípios e, sobretudo, os consumidores e, em segundo lugar, por vários conflitos e divergências que existiam entre os municípios e a Águas de Trás os Montes, em relação aos pressupostos que levaram à criação do sistema de gestão de água em alta, nomeadamente, no que diz respeito aos consumos mínimos previstos nesse contrato e que sustentavam estudos que previam uma aumento significativo. Atualmente, tendo em conta as diretivas comunitárias e o compromisso do governo português quer em termos de ciclo urbano da água quer da disponibilização de fundos comunitários para investimentos neste setor, saiu no âmbito do POSEUR e do PENSAAR a obrigatoriedade de os municípios constituírem entidades supramunicipais para poderem ter acesso a esses fundos. Este aviso e estas novas regras despertaram nestes dez municípios que estava na hora de se olhar para o problema de outra forma e que era necessário dar passos importantes num novo modelo de gestão destes recursos. Resultou daí um trabalho que tem quase um ano e, após muita discussão entre os dez municípios, entendeu-se apresentar nas assembleias municipais esta proposta. Como é

obvio, é uma proposta que tem associado o aumento do custo ao consumidor das atuais tarifas para a chamada tarifa de convergência que nos “propusemos” atingir no quinto ano da constituição da entidade mas também é importante lembrar que, isoladamente, para cumprir as sucessivas recomendações da entidade reguladora, seriam muito mais elevadas município a município e não permitiria concorrer a fundos comunitários para investimentos na eficácia e eficiência dos sistemas. Estariam todos os municípios condicionados quer à remodelação de redes, quer à adoção de novos sistemas de telegestão, telemetria e outros que permitem mais eficácia na gestão deste recurso. Em termos de constituição jurídica da entidade, os prazos de candidatura e avisos, terminam hoje, mas o senhor secretário de estado do ambiente garantiu que iria prorrogar o aviso do sistema do Douro Sul, até finais de junho. Explicou o porquê, de em termos jurídicos, ser uma associação com fins específicos e não uma empresa municipal, dizendo que se fosse uma empresa municipal haveria outro tipo de exigências jurídicas, nomeadamente, teria de passar pelo visto do Tribunal de Contas. Quem anda aqui há alguns anos percebe que para a criação de uma entidade desta natureza um visto do Tribunal de Contas poderia demorar mais de um ano e poria em causa o acesso aos fundos comunitários no âmbito do POSEUR. Nesta fase, e em conjunto com a equipa de consultores que fez este trabalho, para os dez municípios, entendeu-se constituir uma associação. Mostrou-se disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

Luís Pinto, quanto a este ponto apresentou algumas dúvidas e perguntou o que se vai fazer com os recursos humanos que, neste momento, fazem parte dos quadros das dez autarquias, mais concretamente Armamar e a juntar a estes os materiais existentes,



desde tubagens, contadores e tudo o que é utilizado na rede, em baixa. A questão dos recursos humanos é fundamental porque se formos ver os quadros vimos que, por exemplo, nos documentos apresentados referem dez técnicos superiores. Deduz que será um por cada autarquia. Depois, assistentes técnicos, também são dez e, parte-se do princípio que também será um por autarquia mas há uma resposta que não é dada. Serão os técnicos e assistentes técnicos já existentes nas autarquias? Se assim não for o que acontece é que a câmara fica com a despesa porque não os vai poder dispensar e ainda vai criar uma outra despesa na constituição desta associação. Depois, ao olharmos para o quadro de investimentos e, aqui, entende que deveriam ser mais específicos quanto ao tipo de investimentos que vão ser feitos e as garantias de que vão ser executados. Por exemplo, para o edifício e outras construções, no ano zero, está previsto 1 milhão de euros, presume que será o edifício sede. Depois, cerca de 22 milhões de euros a serem investidos também no ano zero em “edifícios e outras construções”. Isto diz muito pouco. Um dos pressupostos é investir nas perdas existentes, reduzi-las e estas em média rondam os 40%. Referiu que se está a aprovar uma situação por tempo indeterminado, é um “casamento para toda a vida” por isso, é bom que “estejamos”, minimamente, seguros. Qualquer um imagina que são perdas escandalosas, mas é necessário perceber que tipo de investimentos e cronogramas de investimentos há por concelho para se reduzir estas situações porque depois o que vêm dizer é que a médio e longo prazo a tarifa por m³ de água vai ser reduzida, mas isso só é possível se estes investimentos forem feitos. “Para termos essa certeza alguém tem de nos apresentar um cronograma de investimentos”. Na página 3, do contrato interadministrativo, na alínea b) os relatores deste contrato devem ter algum cuidado pois o Decreto Lei em causa já foi alterado pelo Decreto Lei n.º 152/2017 de 07 de julho. Se forem à página 6 diz o seguinte: “objeto do contrato – os serviços

referidos na alínea b) podem incluir a gestão dos sistemas municipais de águas pluviais”. Em sua opinião, caso seja aceite este contrato “para que queremos esta dor de cabeça das águas pluviais”? Então que o contrato interadministrativo fique com a “dor” das águas pluviais que não é uma questão de menor importância. Se forem à página catorze, na cláusula 14.ª, no n.º 2, há também uma questão que o relator deve colocar, onde diz “deliberação da assembleia geral da associação” deveria constar “a atualização das tarifas do serviço será realizada de acordo com o modelo constante de deliberação da assembleia geral da associação e de acordo com as indicações da entidade reguladora dos serviços de águas e resíduos que é a ERSAR”. Esta é, na prática, a entidade que supervisiona tudo isto. Outra situação é a ideia de regularização das tarifas, pelos dez concelhos. Acontece que para quem está no tarifário máximo é uma maravilha porque vão descer na agregação, pelo menos no imediato. No caso de Armamar vai subir. Para aqueles concelhos que têm a sua situação equilibrada o município vai sentir esse custo e quem tem a tarifa maior também vai sentir mas ao contrário. Perguntou o que é que vai ser das candidaturas que, neste momento, já estão a decorrer. Compreende que a questão do grupo é positiva mas para quem, na assembleia, não é especialista nesta área há questões que são legítimas e deveriam estar mais esplanadas, para as pessoas terem noção daquilo em que estão a votar. -----

José Manuel Marta, na intervenção anterior já foram abordadas muitas das situações que ia referir, no entanto, acrescentou o seguinte: - “o concelho de Armamar é rico em recursos hídricos porque houve um primeiro ministro, António Guterres, que assinou o concurso público para dotar o concelho desses recursos como poucos do distrito de Viseu. Existem recursos hídricos, existe capacidade instalada e existem funcionários na autarquia. Por isso, não faz sentido que não seja a câmara a gerir os recursos próprios. Se fosse um município com milhares e milhares de habitantes em



que esses custos estivessem sobredimensionados para a capacidade de pessoal que a câmara tem nessas áreas, até compreendia, agora, isto não tem bom augúrio, sobretudo, num concelho que está, cada vez, a perder mais população e que tem recursos instalados. A câmara municipal do Porto tem um funcionário para 300 habitantes, a de Armamar tem um funcionário para 30 habitantes”. -----

Passou a fazer parte dos trabalhos, Paulo Vieira. -----

Presidente da câmara municipal, quanto à intervenção de Luís Pinto, trouxe algumas questões que são pertinentes e quando fala de um “casamento para toda a vida”, é mesmo assim, mas um casamento também pressupõe que haja a confiança de todos os intervenientes e é isso que se pretende. Também há um princípio de responsabilidade. Não lhe parece que quando dez presidentes de câmara chegam a acordo sobre esta matéria não haja, em primeiro lugar, o princípio da responsabilidade e de servir melhor as populações. Quando se fala do quadro e do tipo de investimentos, estão vertidos para os documentos os investimentos em edifícios porque já ficou definido, entre os dez municípios, onde será a sede social desta associação de fins específicos que funcionará em Lamego, na atual sede da Associação de Municípios do Vale do Sul. Este edifício terá capacidade para albergar a sede social. No que respeita aos 22 milhões de euros, quando se fala em edifícios, esses são ETAR's, ETA's e outros investimentos que estão vertidos para o quadro de investimentos. Depois o valor de 1 milhão de euros que ficou definido para investimentos em edifícios tem a ver com o que vai ser o modelo de gestão desta entidade porque ela vai ter a sede social em Lamego mas continuará a ter uma delegação em cada município que em alguns casos continuará a funcionar junto dos serviços municipais mas noutros a opção poderá ser outra. Sobre o facto de se tratar

de um contrato por tempo indeterminado tem de ser porque se está a avançar para uma decisão muito importante que tem implicações muito sérias na “vida” dos municípios e também da entidade. Se não acreditássemos que este era o melhor modelo para gerir as águas, não tomaríamos esta decisão muito menos traríamos à assembleia a proposta para aprovação da entidade. No caso de Armamar, as perdas reportadas, são cerca de 42% mas não dizem respeito a fugas de água ou desvios, referem-se aos autoconsumos, que se calhar representam 25 a 30% das perdas. É importante que se faça este exercício para perceber do que estamos a falar. Por exemplo, os edifícios municipais não pagam a água ao município e nem sequer é contabilizada, os edifícios das juntas de freguesia, das escolas e a água que se gasta nas regas dos jardins públicos também não é contabilizada. Com a criação desta entidade a situação será invertida porque depois todas as entidades sejam elas os municípios, juntas de freguesia ou outras passarão a pagar à entidade os seus consumos. Luís Pinto dizia quando se referia ao contrato interadministrativo que “quem manda aqui é a ERSAR” e quanto a isto disse que não é bem assim, contudo, é verdade que a ERSAR tem enviado, constantemente, recomendações ao município de Armamar para a atualização efetiva das tarifas, mas fomos fazendo sempre “vista grossa” a essas recomendações com a plena consciência de que um dia isto vai acabar por ter repercussões muito sérias para o município. Se o executivo municipal ao longo destes cinco anos e quatro meses tivesse aceite as recomendações da ERSAR em termos de atualização tarifária, hoje, não estaríamos aqui a discutir a subida da tarifa mas sim a descida acentuada. É bom que a assembleia tenha a perceção desta situação pois não quer ser responsabilizado se um dia a entidade reguladora vier a multar o município de Armamar pelo não cumprimento das suas orientações. Várias vezes foi interpolado pelo facto de o município de Armamar ter uma das tarifas mais altas da região mas se



leram com atenção toda a documentação, está lá explicado porquê. Mesmo assim o município de Armamar, todos os anos, tem de retirar do seu orçamento 300 mil euros para alimentar o sistema. Esse preço político já o pagou, assim como outros presidentes de câmara ao serem acusados de ter uma tarifa muito superior aos outros. Estamos a falar de um universo de dez municípios que têm por ano mais de 6 milhões de euros de défice na gestão da água. Está na hora de se olhar para estas problemáticas de uma forma séria. Referiu que dentro do sistema dos dez municípios, retirando Lamego, Armamar é aquele que hoje vai ser menos penalizado pelo alcance da tarifa de convergência e não tem dúvidas que é mais vantajoso para os munícipes de Armamar integrar esta entidade. Quanto aos recursos humanos o que está definido é que sejam integrados no mapa de pessoal da entidade um técnico superior e um assistente técnico por cada município e que os assistentes operacionais que hoje estão afetos ao setor de águas de cada município possam ser convidados a integrar esta estrutura. Numa primeira fase, em regime de mobilidade, e depois consolidam-na ou não. Aqueles que não quiserem integrar a entidade serão recolocados em outras áreas do município. -----

Luís Pinto, relativamente à ERSAR a sua intenção foi chamar a atenção para situações que, se calhar, pagaram muito bem e até fez um favor ao dar este concelho de graça. Acrescentou que a ERSAR é a entidade reguladora para onde, anualmente, todos os municípios, por Lei, são obrigados a mandar os dados. Todos sabemos que em 308 municípios não há um que aplique as tarifas que eles indicam, mas é preciso por as coisas no seu devido lugar e conforme referiu anteriormente a ERSAR tem de vir no documento. Outra situação tem a ver com os recursos humanos e em sua opinião a câmara municipal de Armamar tem assistentes técnicos que podem colmatar e cumprir

na íntegra aquilo que esta associação interadministrativa pretende. Não vê necessidade de se criar mais um lugar. Não está contra quem entra ou deixa de entrar, é uma questão de otimização de recursos. Há outra coisa que o senhor presidente disse que tem a ver com os trabalhadores afetos aos serviços de águas que podem aceitar ou não a mobilidade para a associação, mas se não aceitarem vão ter de ser integrados nalguma área da câmara. Deveríamos saber em quê e quanto vai custar. É certo que a câmara já tem essa despesa mas justifica-se pelo serviço que prestam atualmente. E, depois, vão fazer o quê? -----

Presidente da câmara municipal, fez uma correção ao que foi dito por Luís Pinto pois nunca referiu que os assistentes técnicos que iriam fazer parte do mapa de pessoal da associação, seriam novos. Estes podem transitar do município. Depois vai propor que seja acrescentado na cláusula que referiu a ERSAR que embora não “mande aqui”, é a entidade reguladora do setor. Em relação às futuras tarefas dos colaboradores do município que, por algum motivo, não aceitem integrar a entidade, é prematura essa discussão uma vez que não se sabe quantos vão ser, se vai ser algum ou se vão ser todos.-----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor, 1 voto contra, a saber: José Manuel Marta e 7 abstenções, a saber: Américo Moreira, Luís Pinto, Carlos Silva, Catarina Gouveia, Paulo Vieira e presidentes de junta das freguesias de Cimbres, Domingos Rodrigues e Santa Cruz, Sara Gouveia. -----

4) Águas do Douro Sul – Associação de Municípios de fins específicos – Contrato interadministrativo (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Abertas as inscrições, usou da palavra o seguinte membro: -----

José Manuel Marta, acrescentou ao que foi dito que estes organismos, depois, são uma plataforma de emprego para os presidentes de câmara que perdem eleições ou que não se podem recandidatar. -----

Presidente da câmara municipal, não fez qualquer comentário a esta intervenção, apenas disse que o entristece que venham fazer este tipo de referência à assembleia. --

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 19 votos a favor, 1 voto contra, a saber: José Manuel Marta e 7 abstenções, a saber: Américo Moreira, Luís Pinto, Carlos Silva, Catarina Gouveia, Paulo Vieira e presidentes de junta das freguesias de Cimbres, Domingos Rodrigues e Santa Cruz, Sara Gouveia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções. -----

Encerramento da reunião -----

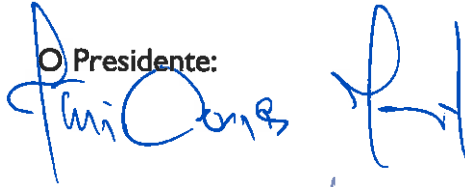
Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de Votação -----

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada a sessão, às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente: 

Primeiro secretário: 

Segundo secretário: 